

# O PROTAGONISMO DOS SUJEITOS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO<sup>1</sup>

Lucélia Eva Mezomo<sup>2</sup>

Simoni Ap. Fortes de Jesus<sup>3</sup>

*"Esta lei procura libertar os educadores brasileiros para ousarem experimentar e inovar."  
(Darcy Ribeiro).*

## RESUMO

Este artigo discute a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, enquanto documento fundamental para o alicerce da gestão escolar, curricular e de valores que pertencem a realidade da comunidade escolar, sua autonomia e identidade. Haja vista, que a escola é constituída de diferentes segmentos, trabalhar o Projeto Político Pedagógico de forma coletiva é obrigatório para uma prática educativa eficaz. A importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática da escola é fundamental para que a comunidade sinta-se protagonista desse processo, família, equipe gestora, professores e técnicos devem se sentir parte do todo, não apenas receptores das decisões da escola, mas sim agentes transformadores e participativos cumprindo suas responsabilidades para com a escola.

**Palavras-chaves:** Projeto Político Pedagógico. Escola. Participação

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõem a reflexão construtiva acerca do Projeto Político Pedagógico<sup>i</sup> da escola, um documento participativo e coletivo que subsidia o planejamento do trabalho pedagógico na escola, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/1996) e a própria Constituição Federal – CF/88 (Artigo 206; Inciso III), incorporado na LDB “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” (Artigo 3º; Inciso III). Diante dessa

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e a Interface com a Rede de Proteção Social, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Como requisito para a obtenção do título de especialista.

<sup>2</sup> Graduada em Administração pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

<sup>3</sup> Orientadora, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente da Unochapecó, área ACHJ.

legalidade e normativa, o P.P.P tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino. Portanto, é preciso entender que o P.P.P da escola é a referência necessária a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula, seus objetivos, ações do processo educativo, suas necessidades e expectativas da comunidade escolar.

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos, para isso, trago contribuições de autores que comentam sobre a importância do projeto político pedagógico.

## 2 CONCEITUANDO O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O P.P.P da escola indica os caminhos para ensinar com qualidade, ou seja, é através dele que se define a identidade da escola, são um conjunto dos objetivos, metas que se deseja alcançar.

É **Projeto** porque reúne propostas de ações concretas para executar em determinado período de tempo. É **Político** porque considera a escola como um espaço para formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É **Pedagógico** porque define e organiza as atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.(Veiga, 2004).

Por se tratar de uma ferramenta de planejamento com muitas informações importantes, o projeto político pedagógico deve ser consultado pelos gestores para as tomadas de decisões.

Para Caria (2011), a questão da função social da escola parece fundamental para a investigação em torno da crise de sentido e método que a ideia de P.P.P tem revelado, pois o real alcance de um projeto de escola e o seu êxito está intimamente relacionado à percepção que os atores escolares revelam ter quanto ao escopo de sentidos socialmente atribuídos à escola. A escola tem como função primordial, de transmitir e produzir os conhecimentos escolares previstos para cada série, sistematizados nos livros didáticos ou propostas curriculares da rede.

A escola prepara o educar para um pensar crítico e autônomo, levando aluno a desenvolver habilidades mentais específicas que favoreçam construções e produções de

natureza científica, o P.P.P da escola é periodicamente discutido pelos pais, funcionários, professores e alunos, sendo fundamental que a comunidade defina claramente as prioridades de cada ano letivo, e ainda acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços educacionais oferecidos à população.

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (Libâneo,2004, p. 152)

Segundo Padilha (2002), hoje se discute este tema porque a questão do projeto da escola é problemática, representa um desafio para os educadores.

É preciso entender o projeto político pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fara ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação (Romão & Gadotti, 1994, p.42).

Com P.P.P nas escolas não é diferente, ele precisa estar em constante adaptação, não basta apenas ser elaborado é preciso ser estudado, revisado e aprimorado muitas vezes para que o objetivo seja alcançado. Para Vasconcellos (2004) o conceito de projeto político-pedagógico segue a seguinte explicação.

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (p.169)

Em Vasconcellos, o projeto político pedagógico define claramente o tipo de ação, o que se quer com o projeto, que objetivos deseja ser alcançado, e a necessidade de aperfeiçoá-lo constantemente no decorrer da caminhada.

O P.P.P é, portanto, um documento que facilita e organiza as atividades, instrumento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos.

Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

Neste sentido, podemos entender que o P.P.P norteia o trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e sua história. É um planejamento que prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária.

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

Para que o projeto seja elaborado de acordo com a realidade escolar, expressando a cultura da escola, se faz necessário que a comunidade participe com a escola na elaboração, para que não fuja dos princípios da comunidade. Para Gadotti:

É preciso conhecer os equipamentos culturais da cidade. Qualquer programa que tenta interconectar os espaços e equipamentos é fundamental, pois desconhecemos a nossa própria cidade ou subutilizamos as suas potencialidades. Precisamos empoderar educacionalmente todos os seus equipamentos culturais. A cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade. Esse é o objeto da pedagogia da cidade. (p.5)

As ações refletidas no projeto procuram incluir desde os conteúdos, avaliação e funções até as relações que se estabelecem dentro da escola e entre a escola e a comunidade. A ideologia em relação ao tipo de sujeitos que a escola pretende formar dá o tom político ao projeto, assim por meio dessa explicitação ideológica e de objetivos articulados com as ações é possível distinguir entre uma prática que se preocupa com a formação de cidadãos críticos, participativos, responsáveis e sujeitos de sua própria história e outra de repasse e repetição do conteúdo sem estar atento ao desenvolvimento humano. Ao construirmos P.P.P das nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar, lançamo-nos para diante, nas palavras de Gadotti Apud Veiga,

[...] todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas, as promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994 . p. 12)

Gadotti em sua colocação apresenta-nos uma pequena realidade, quando diz que supõe rupturas para o presente e promessas para o futuro, significa que nem tudo o que está planejado pode ser colocado na prática, efetuado, as promessas para o futuro significam sair da linha de conforto e buscar o aprimoramento futuro.

O P.P.P compreende a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica, é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

Segundo Demo (2007), educação é um dos conceitos mais ricos que conhecemos, não fica apenas na forma acadêmica e sim é feito para inovar, a educação une mais facilmente a teoria e prática, para se evitar restrições usam-se de preferência dois termos: Educação e Conhecimento, atribuindo-se a qualidade política, o humanismo, a formação da cidadania, a cultura comum e ao segundo, a necessária competência para melhorar a realização dos fins, inovar a serviço da humanidade, formam a matriz do desenvolvimento humano.

Para que o projeto político pedagógico seja elaborado de forma eficiente é necessário usar algumas ferramentas como: planejamento estratégico e pedagógico.

### 3 CONCEITUANDO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, O QUE É?

Planejar é pensar, discutir ideias dentro das necessidades do ambiente escolar, entrando num consenso de realidade para que possa ser executado na prática dentro das perspectivas da comunidade escolar. Para que o planejamento estratégico ocorra de forma coerente se faz necessário usar os recursos disponíveis de forma eficiente, elaborando estratégias e definindo

relação entre a organização e o ambiente, conseqüentemente aumentando a produtividade do indivíduo ou da empresa.

Para Libâneo (2004), a difusão dos conteúdos é primordial, para se tornarem vivos, concretos, a valorização da escola como instrumento do saber, agir dentro dela é como agir rumo a transformação da sociedade, para que a escola se torne democrática ela precisa do envolvimento e da participação da comunidade como um todo, levando a realidade, planejando e debatendo o melhor caminho a ser seguido.

Segundo Maximiano (2006), o processo de planejamento estratégico compreende a tomada de decisões sobre qual o padrão de comportamento que a organização pretende seguir, produtos e serviços que pretende oferecer, e mercados e clientes que pretende atingir.

Segundo a professora Colunista Amélia Hamze,

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do professor. É o fio condutor da ação educativa. As concepções do planejamento são funcionalistas e dialéticas. A concepção funcionalista é a tradicional no ensino, sendo um instrumento de poder. A concepção dialética tem no planejamento a práxis que surge da realidade. Nele são congregados aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo consolidam tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos, transformadores. Conceituando planejamento de acordo com Sacristán: “Planejar é dar tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, esquematizando os elementos mais importantes numa sequência de atividades”. (p.1)

O planejamento para o professor é uma ferramenta de extrema importância para o ambiente escolar, pois é através dele que se educa, e para isso é preciso pensar antes de realizar propostas e fazer planejamento pedagógico, estas são as bases do sucesso escolar.

#### 4 CONCEITUANDO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O sucesso de uma escola depende de um bom planejamento pedagógico é o plano de ação, é construir a identidade escolar, é para sua construção que se estabelece diretrizes básicas que vai levar a escola a atingir suas metas. Planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir. (OLIVEIRA. 2007. p.21).

Segundo Canário (2006), para que o planejamento pedagógico seja bem elaborado depende muito da participação do professor, ele deve ser visto como um construtor de sentido, reconhecer que a relação entre professor e aluno envolve a totalidade da ação profissional do professor, isso implica em reconhecimento, que os professores, necessariamente, aprendem no contato com seus alunos e serão melhores quanto à capacidade de realizar essa aprendizagem.

O P.P.P é diferente de planejamento pedagógico e estratégico é um conjunto de princípios que norteiam a elaboração e a execução dos planejamentos, por isso, envolvem diretrizes mais permanentes que abarcam conceitos subjacentes à educação.

Diante deste conceito é importante considerar que o planejamento educacional é um instrumento orientador de todo o processo educativo, pois constitui e determina as grandes necessidades, indica as prioridades básicas, determina e ordena todos os recursos e meios necessários para atingir as grandes finalidades da educação. Para MENEGOLLA & SANT'ANNA (2001, p.11) “a educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver”.

Para uma boa elaboração do P.P.P é de suma importância que todos conheçam bem a realidade da comunidade em que se inserem para, daí sim, estabelecer o plano de intenções, ou seja, um pano de fundo para o desenvolvimento da proposta, tendo como um desafio transformar o papel da escola na comunidade, para que isso aconteça é preciso que o projeto veja aspectos relativos aos valores que se deseja instituir no currículo, na escola e à organização, relacionando o que se propõe na teoria com a forma de fazê-lo na prática - sem esquecer, de prever os prazos.

De acordo com a proposta curricular de Santa Catarina (2014):

O PPP, como um documento síntese, um instrumento e um movimento da escola, carrega consigo a potencialidade de se transformar em um fio condutor entre o contexto escolar e a comunidade, realçando o envolvimento da família, de modo que esta seja parte das decisões da escola. Cabe à escola, assim, entender os sujeitos nessa relação indissociável com seu entorno. A escola é, portanto, o espaço social justificado pelo processo de mediação (VYGOTSKY, 2007), ou seja, é nela que se reúnem sujeitos que interagem uns com os outros em favor da elaboração conceitual progressivamente mais complexa, que os leva a pensar diferente, porque deslocam suas representações de mundo. Dessa forma, desenvolver o ato criador, o pensamento teórico, é (ou deveria ser) objetivo que move os sujeitos para a escola e marca a sua especificidade, sendo ela o espaço social da institucionalização do desejo de aprender. (p.41).

O planejamento pedagógico da escola é definido a partir da realidade escolar com a comunidade, buscando assim, seu melhor desenvolvimento e aperfeiçoamento do projeto. Na Lei 9.394/96, lemos das Diretrizes e Bases que vão orientar a educação nacional nos próximos anos. Seus 92 artigos representam um novo momento do ensino brasileiro; neles vemos refletidos muitos dos desafios e esperanças que movem o trabalho de tantos educadores numa nação de realidades tão diversas.

Em 1988 já ocorria no Congresso Nacional o processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Tratava-se então do projeto apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elízio (PSDB/MG); o relator era Jorge Hage (PDT/BA). O texto seria aprovado na Câmara dos Deputados em 13 de setembro de 1993, depois de receber 1.263 emendas. O projeto original, modificado em longas negociações na correlação das forças políticas e populares, ia para a avaliação do Senado reduzido, contendo 298 artigos. O relator no Senado Federal, Cid Sabóia (PMDB/CE), dá seu parecer e a Comissão de Educação do Senado aprova o então Projeto de Lei 101/93 no dia 20 de novembro de 1994.

Um dado novo atropela o processo: o senador Darcy Ribeiro apresenta um substitutivo do projeto, alegando inconstitucionalidade de vários artigos[1]. Por requerimento do senador Beni Veras (PSDB/CE), o PL 101/93 - que já estava no Plenário do Senado - é retirado. O Presidente do Senado, José Sarney, decide retomar a tramitação dos três projetos: o antigo PL 101/93 da Câmara, o parecer de Cid Sabóia aprovado pela Comissão de Educação e o substitutivo Darcy Ribeiro. Este último é designado para atuar como relator. Ao apreciar as emendas do PL 101/93, Ribeiro notoriamente toma como referência seu próprio projeto e as suas concepções de Educação.

Contando com uma espécie de consenso entre os senadores, o texto de Darcy Ribeiro, que contém apenas 91 artigos, é colocado em evidência, considerado mais enxuto e não detalhista. No dia 14 de fevereiro de 1996 é aprovado no plenário do Senado o Parecer nº 30/96, de Darcy Ribeiro. Esta decisão não só tira o projeto inicial da LDB de cena, como também, de certo modo, nega o processo democrático estabelecido anteriormente na Câmara e em diversos setores da população ligados à Educação.

A Lei 9.394/96 é promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República com data de 20 de dezembro de 1996, e publicada no Diário Oficial em 23 de

dezembro de 1996, a lei prevê dimensões de planos para a área educacional que se repartem conforme sua abrangência, em: Plano Político Pedagógico, Plano de Ensino, Plano de aula.

Para isso o processo pedagógico é participativo e envolve a participação comunidade escolar, pais, profissionais da educação, professores e alunos na elaboração do projeto pedagógico da escola; pretendendo construir uma escola aberta, participativa, onde a comunicação e a troca de ideias é primordial realizando um belo trabalho no grande grupo, dialogando com transformação no ensino e aprendizagem, buscando uma sociedade com perspectiva de um futuro melhor. A importância da escola construir este documento é reconhecida pela legislação. Assim, o P.P.P, em âmbito federal, é citado pela Lei de Diretrizes e Bases, Lei N. 9396/98 (BRASIL, 1998).

No município de Chapecó/SC, é exigência do Conselho Municipal de Educação, através da Resolução nº004/00, para todas as escolas públicas e privadas ligadas ao sistema municipal de ensino que atuam na educação básica (CHAPECÓ, 2001).

A escola busca cultivar e transmitir valores para seus alunos com objetivo de construir uma sociedade com valores em busca de um futuro melhor.

Segundo Sousa e Corrêa (apud Davis, 2002, p.49), é preciso pensar “o projeto pedagógico como um direito e um dever da escola e como um dos desafios para o avanço na organização do trabalho pedagógico”. Para o projeto político-pedagógico realmente ser um direito e um dever, todos os envolvidos nesse processo precisam estar cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática. Para Veiga,

A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (2004. p.14)

Quanto mais ampla for à participação de diferentes agentes no processo de construção do projeto, mais ampla pode se tornar essa autonomia.

Segundo Vasconcelos (2004), “não compete à equipe diretiva assumir o papel de guardião do projeto, e em especial do cumprimento da programação. Isto é tarefa de todos”. Estratégias e condições para um planejamento geral apontam os ideais dos envolvidos com a questão educacional e a adequação à realidade social. Não é um processo simples, pois exige de

seus agentes o compromisso de resignificar a própria prática. Pensar o P.P.P de uma escola é pensar na escola enquanto conjunto e na sua função social, sendo este fruto de uma ação consciente e organizada, tendo em vista o futuro, porque planejar é projetar-se para frente, visando orientar os desafios futuros na proposta curricular.

## 5 REVISITANDO OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Nas diferentes versões e documentos síntese da proposta curricular do Estado de Santa Catarina (1991, 1998b, 2005), as reflexões sobre a organização pedagógica foram pautadas na teoria histórico-cultural e da atividade. Entre outros aspectos, é fundamental lembrar que, nesta teoria, concebe-se que as características humanas se constituíram historicamente por intermédio dos processos de hominização, ou seja, processos por intermédio dos quais cada sujeito singular produz a sua própria humanidade.

Nesses processos decorrentes de demandas relacionadas à sobrevivência, o ser humano passa a viver e agir em grupos e a utilizar-se dos objetos de forma distinta do modo como estes se apresentam na natureza, transformando-os em instrumentos, que são objetos transformados para servir a determinadas finalidades no interior da atividade humana.

Vivendo em grupos os seres humanos desenvolvem a necessidade de organizar as atividades práticas e a interagir constantemente. A linguagem se desenvolve à medida que possibilita referir-se a objetos e vivências. É por meio da linguagem que o ser humano desenvolve as funções psicológicas superiores, tais como atenção, memória, representação etc. e são estas funções que viabilizam a estruturação da consciência, do pensamento humano e possibilitam operações abstratas.

A proposta curricular tem em vista sua formação integral, orientando-se por interesse e necessidade de todos os sujeitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim entendemos que o P.P.P é um processo de ação-reflexão-ação que permeia a vontade política do coletivo escolar. Para Veiga (2001, p.62). “O projeto político-pedagógico

da escola, ao se identificar com a comunidade local, busca alternativas que imprimam dimensão política e social à ação pedagógica”.

O político e o pedagógico são dimensões indissociáveis, porque propiciam a vivência democrática necessária à participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido é imprescindível o esforço coletivo para a seleção de valores coletivos a serem consolidados que buscarão os pressupostos teóricos e metodológicos que irão permear o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art.2º da Lei nº 9.394/96).

Veiga (2001) ainda afirma que o caminho para construir o planejamento participativo e a estratégia de ação na escola é de competência dos docentes, da equipe técnica e dos funcionários que são também coparticipantes na organização do trabalho pedagógico da escola, bem como da comunidade, que possibilita a população o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados e as intervenções que organizam a vida escolar.

De acordo com Gadotti, a participação influi na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino,

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificam seu desenvolvimento com ela e, assim, acompanham melhor a educação ali oferecida. (1997, p.16, apud Veiga 1995, p.12).

Nesta linha de pensamento o P.P.P é tido como um projeto que se apoia no projeto pessoal do educador, mas que também deve se abrir para um projeto social mais amplo, entendendo que o planejamento é um método, e que um método existe para os sujeitos, e que sujeitos são seres humanos envolvidos em um processo social, é necessário antes resgatar o sujeito, fazê-lo acreditar nas mudanças e nelas colocá-lo ativamente.

Gadotti, em seu artigo afirma que para falar de Escola Cidadã e de Cidade Educadora é quando existe diálogo entre a escola e a cidade, não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence. Nesse sentido Escola Cidadã, em maior ou menor grau, supõe a existência de uma Cidade Educadora. Essa apropriação se dá através de mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado escolar, a Constituinte Escolar, plenárias

pedagógicas e outros. Esse ato leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população.

Esse é o “cenário” da cidade que educa no qual as práticas escolares possibilitem qualificar o entendimento freireano tanto da leitura da palavra escrita como da leitura do mundo. A cidade que educa não fica no imediato, mas aponta para uma compreensão mais analítica e reflexiva tanto dos problemas do cotidiano quanto dos desafios do mundo contemporâneo.

Vasconcellos (2002) ressalta ainda que o P.P.P, também é uma forma de enfrentar a descrença e resgatar nos educadores a valorização do planejamento, não só nos âmbitos filosóficos e sociológicos que contemplam os princípios pedagógicos e as constatações da realidade através de diagnósticos, porém sua conclusão visa enquanto elaboração a proposta de ações concretas na escola.

A consolidação do P.P.P está na implementação coletiva das tomadas de decisões, assegurando o comprometimento mútuo dos integrantes da escola em todas as ações deliberadas tendo os gestores motivadores para a consolidação da gestão democrática que aliada à autonomia tornam-se pressupostos fundamentais para o planejamento de um Projeto Político-Pedagógico.

É através do processo de Planejamento Participativo com todas as instâncias que compõem a instituição escolar que o P.P.P tem consistência, articulação e sentido de coletividade no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos necessários para o andamento da escola enquanto instituição que propicia a formação do sujeito.

O artigo teve como objetivo refletir sobre a importância e função do projeto político-pedagógico na escola, o qual constituiu a identidade da instituição escolar, que se revela nas ações dos diferentes agentes internos e externos que, por sua vez, influenciam em diversos segmentos como: temporalidade, espaços, relações e conhecimentos dessa escola.

Para que a escola realmente alcance seus objetivos, ela precisa estar aglomerada em uma educação participativa, coletiva na tomada de decisões, que as decisões sejam democráticas com oportunidades de reflexões para as mudanças de direção e novos caminhos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28/11/2015. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAenZQAG/ldb-9394-96>.

CANÁRIO, Rui. **A Escola Tem Futuro? Das Promessas as Incertezas**. Porto Alegre. Artemed, 2006.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto Político Pedagógico**. Em Busca de Novos Sentidos. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2011.

DAVIS, Cláudia. et al. **Gestão da Escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 11 ed. Editora. Papyrus, Campinas. São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1988.

GADOTTI, Moacir. **A Escola na Cidade que Educa**. São Paulo, Cortez, 1991

\_\_\_\_\_. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Democratização da Escola Pública. A Pedagogia Crítico- Social dos Conteúdos**. Coleção 1 Educar. 19º Edição.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

VASCONCELLOS, Celso, Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

\_\_\_\_\_. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004a

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola uma construção possível. ed.Papirus, v.17, 2004.

Revista do Projeto pedagógico UDEMO. Por Amélia Hamze. FEB/CETEC /FISO. Colunista Brasil Escola <http://educador.brasilescola.com/trabalho-docente/planejamento-principal-ferramenta-educativa.htm>

SANTA CATARINA Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. [Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica] / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação-[S.I]: [S. n], 2014.

---

<sup>i</sup> O Projeto Político Pedagógico será citado ao longo do artigo somente pelas siglas PPP.